



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias 04 e 05 de agosto de um mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde (CNS), realizou-se a Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco. A reunião foi aberta pela Coordenadora Geral **Maria Angélica Gomes**, justificando as ausências dos Conselheiros **Jocélio Drummond de Andrade**, **Francisco Augusto Vieira Nunes**, **Chafic Wadi Farbat** e **Thiers Ferreira**. O Conselheiro **Dellape** e Conselheiro **Swedenberger** parabenizaram a Coordenadora **Maria Angélica** e equipe pela realização da Oficina de Trabalho sobre Questões Jurídicas do SUS, ressaltando que o resultado foi excelente e as pessoas foram enriquecidas com as exposições dos juristas ali presentes, pedindo que eventos desta natureza fossem feitos sempre. O Conselheiro **Swedenberger** advertiu sobre a necessidade do Ministério da Saúde se organizar no sentido de não ocorrerem dois ou três eventos dessa importância ao mesmo tempo. A Coordenadora **Maria Angélica** esclareceu que a Oficina de Trabalho foi programada para os dias 02 e 03 de agosto por causa do calendário dos juristas já havendo conversado com o Secretário Executivo para que isso não ocorresse novamente. A Conselheira **Leny** achou de suma importância à oficina e solicitou que se fizesse uma oficina de trabalho sobre orçamento. A Coordenadora **Maria Angélica** informou aos Conselheiros que deverá ser editada uma cartilha da oficina de trabalho sobre questões jurídicas que será enviada aos Conselheiros, informou ainda que a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher iniciou os seus trabalhos no dia 21 de julho; fez a leitura do manifesto onde denunciam a resistência do governo do Maranhão na implementação do Sistema Único de Saúde e a não instalação do Conselho Estadual de Saúde. O Conselheiro **Eurípedes** confirmou a denúncia lida pela Coordenadora, pois esteve em visita nesse estado e pode presenciar o que esta ocorrendo lá. O Conselheiro **Swedenberger** achou necessário acionar o Ministério Público no nível do Estado, devendo ser constituída uma comissão do Conselho para ir até o Maranhão. Ele lembrou que o problema também está acontecendo em São Paulo. A Coordenadora informou que recebeu duas manifestações de São Paulo sobre a dissolução da Associação de Secretários Municipais de Saúde, para ser criada uma nova associação, houve um movimento no estado que conseguiu parar o processo de dissolução. O Conselheiro **Aboim** informou que assistiu a posse do Secretário de Saúde de São Paulo, achando importante o relacionamento do Conselho para com essa Secretaria. O Conselheiro **Ferreira** registrou que na Vigésima Sexta reunião o clima estava tenso devido aos problemas de ordem financeira que o Ministério da Saúde estava enfrentando e que soube contornar com tranquilidade. O Conselheiro **Eurípedes** solicitou a verificação do repasse da UCA para o Centro de Hemoderivados da USP, pois havia sido informado que este centro estaria recebendo uma quantia exorbitante de UCA. O Conselheiro **Aboim** esclareceu que o credenciamento do Hemocentro da USP estava devidamente correto, pois preenche todos os requisitos exigidos pelo Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Arlindo** informou sobre os últimos acontecimentos relacionados com o GERAS, solicitando abertura de espaço na pauta da próxima reunião, no sentido de trazer os documentos para a apreciação do Conselho. O Conselheiro **Seixas** ponderou sobre a possibilidade desses documentos serem enviados aos Conselheiros com antecedência para serem melhor estudados. A Coordenadora **Maria Angélica** lembrou aos Conselheiros que não é permitido fumar dentro do Plenário e em seguida passou para a aprovação das atas da Vigésima Quarta Reunião, Vigésima Quinta Reunião e Vigésima Sexta Reunião. A ata da Vigésima Quarta Reunião foi aprovada. Na leitura da ata da Vigésima Quinta Reunião, o Conselheiro **Mozart** esclareceu que todas as suas declarações sobre planejamento familiar foram colocadas na ata conforme sua solicitação, sendo ele a pessoa que decidiria o que constaria ou não da ata, e elogiando o trabalho da Coordenação do Conselho. A Coordenadora **Maria Angélica** esclareceu que a solicitação da Conselheira **Zilda** em relação à revisão da Vigésima Quinta ata havia sido atendida. O Conselheiro **Swedenberger** observou que a ata da Vigésima Quinta Reunião tinha inúmeras citações e não continha conclusões. O Conselheiro **Arlindo** lembrou que essa ata foi feita seguindo a ordem cronológica. A Conselheira **Zilda** pediu desculpas ao grupo técnico que elaborou a

56 ata e agradeceu as correções solicitadas por ela, alertou para a forma didática que deve ter uma ata. A
57 Coordenadora **Maria Angélica** fez a leitura do *Tema 05 – “Planejamento Familiar”* da Vigésima Quinta
58 ata, sendo este tema o mais polêmico daquela reunião. O Conselheiro **Mozart** suprimiu algumas frases
59 da sua fala na ata da Vigésima Quinta Reunião a pedido da Conselheira **Zilda** que lhe agradeceu a
60 atenção. Com essas correções a ata da Vigésima Quinta Reunião foi aprovada. Passou-se a leitura da
61 ata da Vigésima Sexta Reunião, onde o Conselheiro **Mozart** sugeriu ao Conselheiro **Swedenberger** a
62 retirada da frase onde critica o procedimento do Presidente da República em relação ao FAT,
63 justificando o procedimento do Presidente sobre essa questão. A sugestão do Conselheiro **Mozart** não
64 foi aceita pelo Conselheiro **Swedenberger**. O Conselheiro **Swedenberger** achou perda de tempo à
65 leitura das atas quando haviam assuntos prioritários para serem discutidos, solicitando que isso não
66 ocorresse mais, tendo o apoio do Conselheiro **Arlindo** nessa questão, solicitou, anda, algumas
67 correções de sua fala no tema da Conferência de Recursos Humanos. O Conselheiro **Barbanti** a
68 pedido do Conselheiro **Dellape** fez menção ao esquecimento na ata da proposta sobre Credenciamento
69 de Centros de Pesquisa Clínica pela Coordenadora de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da
70 Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Com essas correções a ata da Vigésima Sexta Reunião
71 foi aprovada. O Conselheiro **Eurípedes** pediu vistas do *Tema 07 – “Fixação de Limite de 20% de*
72 *Cesarianas no Número Total de Partos”*. O Conselheiro **Ferreira** solicitou que o *Tema 13 –*
73 *“Anteprojeto de Lei – Plano Básico de Assistência Médica”*, fosse encaminhado a Comissão
74 Técnica de Atuação dos Prestadores Privados na Área da Saúde para ser analisado. O Conselheiro
75 **Aboim** lamentou que não se seguisse a pauta enviada pela Coordenação aos Conselheiros. A
76 Coordenadora concordou com o Conselheiro, mas ponderou colocando que a pauta só era mudada
77 com o consentimento do Plenário. O **TEMA 01 – Recomendações das Comissões Intersetoriais e**
78 **Técnicas do Conselho Nacional de Saúde**. Recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde do
79 Trabalhador que trata da alteração da composição da comissão, substituindo a Confederação Nacional
80 da Agricultura pela Previdência Social, foi aprovada. Recomendação nº 17 da Comissão Intersetorial de
81 Saúde do Índio, que trata da obtenção de recursos orçamentários e financeiros destinados a viabilizar a
82 Conferência de Proteção à Saúde do Índio, foi aprovada por unanimidade. Recomendação nº 48 da
83 Comissão Intersetorial de Saúde do Índio, que recomenda revisão do Decreto 23 de 04/02/1991 pela
84 CISI para análise e encaminhamento às diferentes instâncias do processo preparatório para a
85 Conferência, foi aprovada por unanimidade. Recomendação nº 17 da CT/APAS, que trata da
86 constituição e conseqüente instalação dos trabalhos da Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica,
87 não foi aprovada, sendo escolhida a Conselheira **Mônica Valente** como relatora dessa matéria. O
88 Conselheiro **Ferreira** solicitou que o Doutor **Domingos Sávio** viesse ao Conselho para dar
89 esclarecimentos. Para a Recomendação nº 18 da CT/APAS, que recomenda ao CNS atuar junto à
90 mesa do Senado Federal com objetivos de agilizar a tramitação do Projeto de Lei nº PLC 00008/91 da
91 autoria do Deputado Paulo Delgado, ficou decidido apenas reiterar. Recomendação nº 20 da CT/APAS,
92 que recomenda à criação de um Departamento de Fisioterapia da Universidade de Santa Catarina –
93 UDESC, a Conselheira **Leny** entendeu que como o processo do Projeto de Criação do Curso de
94 Graduação em Fisioterapia da Universidade de Santa Catarina não havia sido encaminhado ao
95 Conselho formalmente não deveria ser aceito o parecer, havendo concordância por parte dos
96 Conselheiros. Recomendação nº 21/93, que trata de denúncia de um servidor público contaminado pelo
97 reaproveitamento de material descartável. Como esta recomendação trata de caso individual o
98 Conselheiro **Arlindo** achou que caberia uma ação civil. A Conselheira **Zilda** sugeriu que esta denúncia
99 fosse enviada ao Ministério da Saúde, achando que não é função do Conselho opinar em casos
100 particulares, no que teve o apoio do Plenário. O Conselheiro **Eurípedes** solicitou que se trouxesse ao
101 Conselho as normas de material descartável para conhecimento dos Conselheiros. A Coordenadora
102 **Maria Angélica** informou que irá encaminhar aos canais pertinentes do Ministério da Saúde a
103 denúncia. Recomendação nº 23 da CT/APAS, que trata de distorções no Anexo IV do Documento
104 Descentralização das Ações e Serviços de Saúde – A Ousadia de Cumprir e Fazer Cumprir a Lei. O
105 Conselheiro **Arlindo** esclareceu que o Anexo IV seria apenas sugestivo; sugerindo que a
106 recomendação fosse encaminhada ao Departamento do SUS/MS, voltando para o Conselho em
107 seguida, no que obteve consenso por parte dos Conselheiros. A Comissão Intersetorial de Saúde da
108 Mulher solicitou ao Conselho Nacional de Saúde uma representante para participar da Conferência de
109 População de Desenvolvimento a ser realizada no Cairo em 1994. A Coordenadora **Maria Angélica**
110 informou ao plenário que o Ministério da Saúde já está participando desta Conferência. A Conselheira
111 **Ana Maria** considerou interessante que o Conselho pleiteie uma vaga já que o Ministério tem 02 vagas.
112 A Conselheira **Zilda** concordou com **Ana Maria**, apenas fazendo a ressalva que a pessoa não fosse
113 representante do Governo, o que foi aprovado por todos. A Comissão Intersetorial de Ciência e
114 Tecnologia recomendou ao Conselho Nacional de Saúde que enviasse carta ao Presidente da
115 República pedindo a instalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e a imediata liberação

dos recursos do Orçamento de 1993, destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia. A recomendação foi aprovada. A Coordenadora **Maria Angélica** registrou a presença do Secretário Estadual de Saúde de São Paulo, Doutor **Carmino Antonio de Souza**. O Secretário esclareceu que será um instrumento do cumprimento das leis de saúde, que estaria disposto a constituir o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo e havia tomado providências no sentido de implantar esse Conselho. A Conselheira **Zilda** elogiou a postura do Secretário e solicitou que a Pastoral não fosse esquecida na composição do Conselho. O Conselheiro **João Guerra** externou a sua preocupação em relação a AIDS no estado de São Paulo visto que a Comissão Estadual de AIDS havia sido desfeita, pediu maior atenção para esse assunto. O Secretário informou já ter tido audiência com a Coordenadora do Programa de AIDS, Doutora **Lair Guerra**. O Conselheiro **Arlindo** expressou sua preocupação em relação à produção de imunobiológicos no estado de São Paulo, pois o conjunto dessas instituições havia passado por uma forte crise, solicitando do Secretário uma maior atenção em relação a esse problema. **TEMA 02 – Processo de Abertura de Novos Cursos – Cursos de Fisioterapia – Assis Chateaubriand**, o parecer da Conselheira **Zilda**, relatora, foi contrário à abertura deste curso. O Plenário acatou o parecer da Conselheira **Zilda**. Curso de Odontologia – UNIFOR – Fortaleza – CE, o Conselheiro **Aboim** solicitou mais um mês para dar seu parecer sobre este curso. Curso de Educação Física de Ribeirão Preto – SP, o Conselheiro **Eurípedes** foi escolhido para ser relator deste processo. **TEMA 03 – Informes sobre o Projeto Nordeste (BRA-090/32) – Recursos do Banco Mundial –** O Doutor **Dalvino França** fez a exposição do tema, falou sobre os aspectos legais, institucionais e financeiros do projeto. Fez uma síntese do Projeto Nordeste. O Conselheiro **Dellape** questionou o critério usado para indicar as áreas epidemiológicas. O Doutor **Dalvino** explicou que o Ministério da Saúde detectou essas áreas como as de maior necessidade. A Conselheira **Ana Maria** sentiu falta dos portadores de deficiência no programa, considerando que o programa poderia também ser voltado para essa questão. O Doutor **Dalvino** informou que à área Materno Infantil abrange todo tipo de deficiência física. O Conselheiro **Arlindo** manifestou sua satisfação pelo fato da Secretaria Executiva ter apresentado a síntese do Projeto ao Conselho, afirmou que gostaria de ter uma avaliação do desempenho do Projeto, saber quem toma as decisões sobre a aplicação dos recursos, quais os recursos destinados para área de ciência e tecnologia e insumos básicos para a saúde e como o Projeto Nordeste pode participar nestas questões. A Conselheira **Zilda** levantou que se deveria melhorar o processo informatização no sentido de acabar com a corrupção, devendo a população usufruir os benefícios do Projeto no nível de educação para a saúde. A Conselheira **Leny** ponderou sobre a necessidade do programa ser integrado ao SUS. O Secretário Executivo, Doutor **José Alberto** fez um pequeno histórico do Projeto Nordeste I. O Doutor **Dalvino** informou que a avaliação do projeto já está sendo feita e será repassada aos Conselheiros, ainda esclareceu que não foi identificado nenhum tipo de corrupção na esfera estadual. Também disse não haver nenhuma contra-indicação ao projeto atuar junto com as pastorais fazendo um trabalho educativo, em seguida esclareceu que está sendo feito um trabalho de treinamento no setor da informática para o desenvolvimento interno e organizacional do Ministério da Saúde e das Secretarias, que os estados irão ampliar suas redes de informática, haverá a criação de um conselho consultivo composto pelas áreas fins do Ministério da Saúde para os projetos internacionais; declarou que existe uma gerência que toma as decisões para cumprir o que os estados necessitam; alguns estados apresentaram suas pesquisas e essas foram financiadas; informou, ainda, que os estados podem transferir recursos para os municípios; deverá ser feito um novo acordo com o Banco Mundial e estão verificando qual a melhor forma de atuação do Projeto. O Conselheiro **João Guerra** pediu que houvesse um maior controle em relação ao projeto da AIDS, propôs o estudo da possibilidade de um ou mais Conselheiros fazerem parte do conselho consultivo de projetos internacionais, solicitou a vinda da Coordenação da DST/AIDS para maiores esclarecimentos sobre o projeto da AIDS. O Doutor **Dalvino** esclareceu que os projetos passam pela Coordenação de Assuntos Especiais e que as condições gerais dos acordos não são favoráveis ao Brasil, o Conselho deve ser esclarecido em relação aos empréstimos, informou, ainda, ter sido feita uma reformulação das metas do programa. O Conselheiro **Danilo** ressaltou a necessidade das ações do projeto nos estados, afirmou que o Projeto Nordeste é positivo para o nordeste garantindo assistência médica à população rural, achou que se deve investir mais em recursos humanos. O Conselheiro **Barbanti** entendeu que deve ser feita uma resolução no Conselho Nacional de Saúde solicitando que todos os projetos financiados passem pelo Conselho. O Conselheiro **Allgayer** achou necessário ser montado um monitoramento específico para projetos na área da saúde. O Conselheiro **Arlindo** a necessidade dos projetos internacionais terem continuidade com recursos do tesouro devendo passarem pelo controle e aprovação do Conselho Nacional de Saúde. O Secretário Executivo solicitou a inclusão na pauta de uma exposição dos funcionários da Fundação Nacional de Saúde sobre o projeto de saneamento – PCMAN Rural. A Coordenadora **Maria Angélica** solicitou, novamente, a presença do Secretário de Saúde de São Paulo, Doutor **Carmino**. O Doutor **Carmino** falou que quer

implantar o SUS no estado de São Paulo, esclareceu que quando chegou na Secretaria o Decreto de criação do Conselho Estadual de Saúde já havia sido homologado, demonstrou a sua vontade de discutir o aperfeiçoamento deste Conselho Estadual de Saúde, assumindo o compromisso perante o Conselho Nacional de Saúde de criar as comissões no âmbito do estado, se colocou à disposição do CNS para qualquer discussão em torno desse assunto, reafirmou o seu compromisso com a população. O Conselheiro **Seixas** questionou o decreto afirmando que o mesmo não condiz com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Edmundo** solicitou a reabilitação, por parte do Governo Estadual, do Instituto Adolf Lutz. O Conselheiro **Eurípedes** disse que o Conselho Estadual de Saúde não segue a lei e que o Conselho Nacional de Saúde deveria se posicionar perante todos os conselhos para que a lei fosse observada. A Conselheira **Mônica** fez um breve histórico sobre o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo, informou que medidas judiciais já estão sendo estudadas, achando que o Conselho Estadual de Saúde como está não deve ser instalado. O Conselheiro **Dellape** elogiou o fato do Secretário Estadual de Saúde de São Paulo ter vindo ao Conselho, citou a Lei nº 8.080 concordando com o Conselheiro **Seixas**. A Conselheira **Zilda** manifestou o interesse da CNBB em que se cumpra o estabelecimento em lei. A Conselheira **Leny** lembrou que cabe às entidades indicarem seus representantes. O Secretário, Doutor **Carmilo** informou que havia anotado todas as considerações levantadas pelo Conselho e que levaria a postura do Conselho Nacional de Saúde para o Governador. O Conselheiro **Leilton** fez referência a Lei nº 8.142 e informou que a posição da plenária estadual de São Paulo é pela não instalação do Conselho como está no Decreto. O Doutor **Carmilo** disse que voltará ao Conselho quantas vezes for necessário. A Conselheira **Leny** achou necessário que uma comissão de Conselheiros fossem ao estado de São Paulo. O Conselheiro **Dellape** levantou a necessidade de ser feita uma emenda para ser anexada ao Decreto do Governador de São Paulo. O Conselheiro **Danilo** convidou o Secretário, Doutor **Carmilo**, para participar de reunião do CONASS no dia dez de agosto. **TEMA 05 – Discussão sobre Valores de UCA e AIH – Apresentação:** Secretaria de Assistência à Saúde – O Doutor **Sylvain** apresentou a proposta e informou que o aumento de São Paulo era necessário, visto que haviam sido feitos estudos justamente com a Secretaria de Saúde e houve a confirmação da defasagem, portanto, havia sido dado o aumento, a Secretaria se comprometeu em melhorar o controle de avaliação e incrementar junto com as prefeituras os planos de saúde, informou, ainda, que a proposta havia sido aceita pela Comissão Tripartite. O Conselheiro **Allgayer** achou a proposta equivocada, lembrando que não estava se cumprindo o que havia sido resolvido pelo Conselho anteriormente, de não haver reajustes reais na UCA. O Doutor **Sylvain** disse que se não acontecesse o reajuste a população é que estaria sendo punida e o terceiro compromisso da secretaria seria de instalar o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. O Conselheiro **Arlindo** achou necessário um melhor estudo para o aumento da UCA de São Paulo, lembrando que todos os compromissos assumidos pela secretaria nada mais eram que sua obrigação, pois a lei deve ser cumprida. O Conselheiro **Ferreira** concordou com o Conselheiro **Arlindo** e informou ao Plenário que o problema de São Paulo é crítico e vem de longa data. O Conselheiro **Danilo** disse ter votado a favor da tripartite para não prejudicar a população. O Doutor **Sylvain** alegou não saber de outra forma para repassar o dinheiro à não ser através da UCA. O Conselheiro **Elias Jorge** lembrou que a tripartite deveria ter trazido uma matriz de gasto e seria imperativo que se encontrasse um mecanismo para os aumentos. O Conselheiro **Arlindo** deu como alternativa de repasse de recursos ao ou pelo Fundo Nacional de Saúde. O Conselheiro **Elias** lembrou a Resolução nº 62 ressaltando que os valores seriam congelados do mês de maio. A Coordenadora encaminhou a votação da proposta, sendo aprovada com dois votos contrários. Declaração de voto do Conselheiro **Allgayer**: *“A proposta do Ministério da Saúde, aprovada pela Tripartite, contraria decisão do Plenário do Conselho Nacional de Saúde, adotada em sua Vigésima Quinta Reunião Ordinária, de diminuir progressivamente as faixas em que estão agrupadas as Unidades Federadas. A proposta privilegia o Estado de São Paulo que tendo 21,4% da população brasileira passa a contar com 26,6% dos recursos da União para o financiamento das ações ambulatoriais de saúde. Entendo que dever-se-ia estimular o caráter re-distributivo evitando-se tratamentos individualizados para setores com maior força política e de reivindicação”*. Declaração de voto do Conselheiro **Arlindo**. O Conselheiro **Aboim** sugeriu que os Conselheiros tivessem uma atuação mais definida, uma designação específica na sua área, na Conferência Específica de Recursos Humanos. O Conselheiro **Eurípedes** convidou a todos para participarem do Fórum Nacional de Saúde e da Vida que irá ocorrer em Brasília no Congresso Nacional do dia dois de setembro. A Coordenadora **Maria Angélica** comentou o fax que recebeu da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher que trata da Norma Brasileira sobre Planejamento Familiar, que diz estarem avaliando todos os projetos na Câmara, visando o debate, das propostas da Fátima Pelaes. O Conselheiro **Edmundo** relatou que o Conselho Municipal de Araraquara fez uma manifestação de repúdio ao Ministro Britto em relação aos recursos que são da saúde e não são repassados. O Conselheiro **Ferreira** registrou que a Santa Casa de Santa Catarina estará fazendo 30 anos no dia

trinta de agosto. **TEMA 04 – Proposta de Criação da Comissão de Integração Terapêutica** – O Conselheiro **Edmundo** deu seu parecer favorável quanto à criação da Comissão de Integração Terapêutica na estrutura do Ministério da Saúde, ou ligada a Secretaria Executiva e/ou Secretaria de Vigilância Sanitária e não ligada ao Conselho Nacional de Saúde, defendendo a idéia de que a medicina natural é a verdadeira, a prática de instrumentos terapêuticos deve ser acompanhada e estudada com maior profundidade, quando comprovados os efeitos positivos dessa prática ela deve ser estimulada, devendo ter como objetivo o estudo das formas terapêuticas e o controle das mesmas. A Coordenadora **Maria Angélica** registrou a presença do Doutor **Rogério Fagundes Filho** e o Doutor **Marcos Burigo**. O Doutor **Rogério** ressaltou a importância da comissão que tem por objetivo resgatar as práticas tradicionais da medicina e incorporar novas práticas. O Doutor **Marcos Burigo** falou da importância política da comissão estar ligada ao Conselho, informando ainda a existência de um grupo na Secretaria de Vigilância Sanitária que cuida de estudos relacionados com a medicina natural. A Conselheira **Zilda** achou que o Conselho deveria apoiar essa proposta, ressaltou sua preocupação de criar-se mais uma comissão no quadro do Conselho, achando necessário esta comissão estar ligada às ações básicas. O Conselheiro **Aboim** considerou necessário que a terapêutica volte para os currículos das escolas, pois há muito ela se extinguiu. Ele se propôs inclusive, a estudar os currículos. A Conselheira **Zilda** achou importante se ter à terapêutica incluída nos currículos, mas acreditou que esse trabalho deva partir da comissão. O Conselheiro **Dellape** concordou com o Conselheiro **Edmundo**, achando que esta comissão deveria estar ligada ao Ministério da Saúde. A Conselheira **Zaira** foi a favor da criação da comissão junto ao Conselho visando à implantação de critérios e normas. O Conselheiro **Swedenberger** achou importante que a comissão fosse ligada ao Conselho para se ter uma maior discussão política, só depois passaria para o âmbito do Ministério da Saúde. O Doutor **Marcos Burigo** informou da existência de várias leis em tramitação no Congresso, devendo haver um maior aprofundamento das discussões para subsidiar os debates. A Coordenadora **Maria Angélica** expôs a sua preocupação em relação à criação de mais uma comissão dentro do Conselho, pedindo atenção para o transtorno orçamentário que isso causa, devendo o plenário se ater ao objetivo macro do Conselho. O Conselheiro **Eurípedes** achou que deveria se criar uma comissão no nível do Conselho e estipular um período para a mesma atuar. O Doutor **Marcos Burigo** esclareceu que a idéia é de integrar os profissionais da terapêutica ao SUS. A Conselheira **Zilda** sugeriu que a comissão deveria ficar ligada ao Conselho provisoriamente por 3 meses e em seguida passasse para o Ministério da Saúde. A Coordenadora encaminhou a votação onde foi aprovada a criação da comissão segundo esta última proposta. O Conselheiro **Swedenberger** observou que serão duas resoluções a primeira onde se cria a comissão e a segunda, na próxima reunião, de quais os membros que integram a comissão.

TEMA 09 – Conferências Nacionais Específicas – Conferência Específica de Recursos Humanos – A Doutora **Joana Azevedo**, Coordenadora da Conferência, informou que os painéis centrais já estavam fechados e os painéis específicos serão 18, à noite, tendo o objetivo de aprofundar as questões tratadas nos painéis centrais, solicitou aos Conselheiros representantes de usuários e prestadores privados a indicação de nomes para compor os painéis específicos, recomendou que a indicação fosse feita até o dia 15 do mês de agosto. O Conselheiro **Seixas** registrou que o painel de nº 11 deveria ser desdobrado – portadores de deficiência/portadores de patologia. A Coordenadora **Joana** esclareceu que havia recebido um fax com a sugestão do painel, mostrou o cartaz que está sendo feito pela ABRASCO gratuitamente, distribuiu s cronogramas das etapas estaduais, informou que os usuários solicitaram oficialmente ajuda para o transporte, falou da abertura de espaço de almoço e dos stands que deverão ser montados conforme solicitação das entidades. A Conselheira **Zilda** solicitou um espaço para apresentar o vídeo da pastoral e um stand. A Coordenadora **Joana** colocou que os convidados terão direito a voz e que será mantida a proporcionalidade dos convidados conforme os delegados da conferência. A Conselheira **Leny** solicitou a inclusão, na composição de Delegação Nacional de Usuários, da Conferência Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Construção Civil e Central Geral dos Trabalhadores. O Conselheiro **Aboim** reforçou sua opinião de que os Conselheiros devem ter posição de relevo nos painéis específicos. A Doutora **Joana** lembrou a todos que o Plenário em reunião passada deliberou que os Conselheiros só estariam nos painéis centrais. O Conselheiro **Swedenberger** falou que a comissão organizadora teria o máximo de autonomia para decidir, conforme decisão do Plenário. A Conselheira **Jaqueline** observou que discussões como esta não deveriam ficar para o final das reuniões, justificando sua opinião por questões de horários de voo. A Coordenadora **Maria Angélica** informou que na pauta consta o horário do início e término das reuniões. A Conselheira **Mônica** se contrapôs ao Conselheiro **Aboim** achando que os Conselheiros não têm que ter papel de condução nos painéis elogiou o trabalho realizado pela Coordenadora da Conferência de Recursos Humanos, sugeriu que o Ministério da Saúde fizesse gestões junto a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo para a realização da Conferência Estadual de Recursos Humanos para os dias 21 e 22 de agosto. A Coordenadora **Joana** informou que

já entrou em contato com o Secretário de Saúde de São Paulo. A proposta da Conselheira **Leny** foi aceita onde mantivesse 02 delegados da CONAN, 02 da Pró-Central, 01 para Central Geral dos Trabalhadores, 01 para Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e 01 para Confederação Nacional dos Trabalhadores na Construção Civil. O Conselheiro **Swedenberger** alertou para o fato de que o Conselho Nacional de Saúde tem a responsabilidade de garantir a participação dos usuários nas Conferências, informando que a Conferência de Saúde Bucal, ainda, não recebeu nenhum recurso do Ministério da Saúde. A Coordenadora **Joana** garantiu a hospedagem e alimentação dos usuários na Conferência Nacional, mas observou que só naquele momento é que teria recebido solicitação para o deslocamento dos mesmos. A Coordenadora **Maria Angélica** sugeriu a organização de uma comissão para discutir junto a Secretaria Executiva à questão do deslocamento dos usuários. A comissão ficou sendo formada pela Conselheira **Ana Maria**, Conselheiro **Swedenberger** e o Conselheiro **Leilton**. A Coordenadora **Maria Angélica** introduziu na pauta a questão do convênio padrão. O Conselheiro **Allgayer** achou necessário se ter um relator para esse assunto. O Conselheiro **Swedenberger** concordou e sugeriu que houvesse uma comissão relatora, entrando esse assunto como ponto de pauta na próxima reunião. A Conselheira **Zilda** achou necessário essa comissão, por entender que a criança deve ser contemplada nos contratos. A comissão foi aprovada com a seguinte composição: 01 representante do CONASS, 01 representante do CONASEMS, 01 representante do Ministério da Saúde, 02 representante dos prestadores privados e 02 representantes dos usuários.

TEMA 06 – Informes sobre a Situação Orçamentária e Financeira do Ministério da Saúde – O Conselheiro **Elias Jorge** lembrou a situação do Ministério da Saúde em agosto de 1992, onde o quadro era lastimável, hoje o quadro é extremamente favorável em relação ao ano que passou, para que a situação melhorasse ainda mais seria necessário o cumprimento do artigo 34 da Lei 8.080, e o artigo 40 da **Lei das Diretrizes Orçamentárias**, informou ainda que terá que apresentar proposta orçamentária do Ministério da Saúde até o dia 13 de agosto apresentou a proposta orçamentária para o ano de 1994. O Conselheiro **Allgayer** sugeriu que se fizesse um estudo maior sobre os valores remuneratórios, pois estaria havendo uma grande defasagem. A Conselheira **Leny** achou de suma importância que se garantisse os 30% da Seguridade Social, no que a Conselheira **Zilda** concordou. O Conselheiro **Elias** sugeriu que o Conselho apoiasse algumas diretrizes para elaboração do orçamento da União de 1994 no que se refere ao setor saúde: recuperação da rede pública, vigilância epidemiológica, sanitária e nutricional, controle de endemias, auto-suficiência em imunobiológicos e política de hemoderivados, saneamento básico, assistência médico-hospitalar e ambulatorial, assistência farmacêutica e desenvolvimento institucional; quanto ao volume de recursos: ter como referência percentuais mínimos de 10% da Receita Fiscal e 30% da receita da Seguridade e a prevalência de 30% no mínimo de orçamento da Seguridade para o setor saúde; quanto ao fluxo: cumprimento rigoroso do artigo 34 da Lei 8.080. Foi aprovado pelo Plenário. O Conselheiro **Elias** sugeriu, ainda, que fosse feito um manifesto ao Presidente da República que constasse a garantia do cumprimento por parte do Governo do artigo 34 da Lei 8.080 e o artigo 40 da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e numa terceira resolução sugerir que o Conselho apóie a emenda constitucional que assegure à manutenção e desenvolvimento do SUS um aporte mínimo de 10% da receita de impostos da União, dos Estados e dos Municípios e no mínimo 30% da receita de todas as fontes da Seguridade Social. Foi aprovado pelo Plenário do Conselho.

TEMA 10 – Credenciamento de Centros de Pesquisa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Relator Conselheiro **Ernani Aboim** – O Conselheiro **Aboim** leu eu parecer que foi favorável ao Credenciamento da Disciplina de Hipertensão e foi contrário ao Credenciamento da Reumatologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi aprovado o parecer do Conselheiro **Aboim** pelo Plenário. A Coordenadora **Maria Angélica** introduziu a discussão do tema do contrato padrão extrapauta, o Doutor **Gilson Carvalho** foi chamado para fazer exposição do assunto. O Doutor **Gilson** fez a apresentação do assunto, e esclareceu que o contrato é para empresa privada. O Conselheiro **Allgayer** fez distinção entre contrato e convênio, observou que as quatro minutas de contrato que haviam sido firmadas não estavam anexas ao documento. O Doutor **Gilson** esclareceu que as minutas não eram obrigatórias apenas sugestivas, pois havia, inclusive, consultado o departamento jurídico do Ministério da Saúde e por isso havia optado por portaria de cláusulas mínimas. A Coordenadora **Maria Angélica** sugeriu que a comissão relatora que havia sido escolhida, anteriormente, para tratar desse assunto se reunisse no dia 11 de agosto, sendo aceita a sugestão da Coordenadora. Em seguida a Coordenadora **Maria Angélica** introduziu o tema extrapauta que tratava dos conselhos. A Conselheira **Zilda** fez a leitura do seu parecer sobre a questão do Conselho no Acre, onde obteve êxito no trabalho realizado naquele Estado. O Conselheiro **Swedenberger** parabenizou o trabalho da Conselheira **Zilda** juntamente com os demais Conselheiros. A Coordenadora **Maria Angélica** explicou que os dados levantados sobre Conselho pelo NESCON só serão repassados com exatidão no dia 16 de agosto, leu as informações preliminares que havia em mãos. O Conselheiro **Ferreira** achou de suma importância que o CONASS e o CONASEMS participem

do processo de negociação nos estados onde os Conselhos têm problemas. O Conselheiro **Seixas** falou da necessidade de se formar uma comissão para ir ao Estado de São Paulo, levantou o problema dos Fundos de Saúde, demonstrando que o Fundo Nacional de Saúde não está em pleno funcionamento. O Conselheiro **Swedenberger** citou os estados do Maranhão, Alagoas, Distrito Federal e São Paulo que estão problemáticos em relação aos seus Conselhos, esclareceu que ocorre a falta de paridade já que o Secretário de Saúde vota, sugeriu que o Conselho Nacional de Saúde enviasse carta aos Governadores de Estado onde as Resoluções nº 33 e 36 não foram cumpridas, solicitando audiência com o Governador e o Secretário, com a comissão do Conselho. A Conselheira **Mônica** solicitou a presença da Conselheira **Zilda** para compor a comissão que irá a São Paulo. O Conselheiro **Arlindo** solicitou a indicação formal dos representantes para comporem a comissão, esclarecendo que não se deve regionalizar a composição das comissões sob pena de prejudicar unidades federadas que não estejam representadas nesse Conselho. O Conselheiro **Swedenberger** sugeriu que fosse enviada cartas aos governos com problemas nos conselhos, mas que São deveria se aguardar já que o Secretário havia se comprometido. O Conselheiro **Arlindo** sugeriu que se enviasse carta ao legislativo também – Comissão de Saúde. A proposta dos Conselheiros **Swedenberger** e **Arlindo** foi aceita. O Conselheiro **Elias** pediu que um dos objetivos da oficina sobre orçamento e finanças fosse um projeto de emenda para garantir o financiamento permanente da saúde. **TEMA 05 – Denúncia de Cobranças Irregulares sobre Serviços Prestados na Rede Hospitalar Contratada do Sistema Único de Saúde – SUS** – O Conselheiro **Hilário** informou a todos que principalmente, aos trabalhadores do campo está sendo cobrado pagamento pelos serviços prestados nos hospitais financiados pelo SUS e está se fazendo um levantamento pela CONTAG nos 3.200 municípios onde ela atua para verificar a ocorrência desse fato. O Conselheiro **Ferreira** sugeriu que fizesse parte da pauta esse assunto na próxima reunião, sendo o tema polêmico e de relevância ou interesse social. O Conselheiro **Arlindo** solicitou que fosse encaminhada formalmente a denúncia ao Ministério Público e a SAS, pois não cabe ao Conselho Nacional de Saúde tomar decisões sobre casos particulares, caso sejam verificadas as fraudes nos territórios onde serão feitos os estudos pela CONTAG o Conselho deve fazer um manifesto de repúdio. O Conselheiro **Elias** sugeriu que a FBH e a FENAESS averiguassem esse tipo de denúncia, sugerindo, ainda, que fosse criada uma central de esclarecimento ao usuário do SUS junto ao Conselho Nacional de Saúde, com efeito, educativo. O Conselheiro **Eurípedes** concordou com o Conselheiro **Elias Jorge**, mas ressaltou que se deve primeiro averiguar as condições de funcionamento das unidades. O Conselheiro **Elias** sugeriu que a Coordenação operacionalizasse as demandas de enviar cartas a SAS, ao Conselho Municipal de Pinheiro Preto – SC, ao Conselho Estadual de SC e ao Hospital denunciado, onde houve concordância de todos. A Coordenadora esclareceu que a cópia da carta enviada ao CMS, CES e ao Hospital será enviada para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro Preto para mantê-los informados. A proposta pelo Conselho. O Conselheiro **Arlindo** informou ter participado de reunião de despedida do Secretário Executivo, Doutor **José Alberto Hermógenes de Souza**, que apresentou suas despedidas aos funcionários do Ministério da Saúde, registrou que não caberia ao Conselho Nacional de Saúde a intromissão nos assuntos do executivo, sendo essas decisões deliberadas pelo Presidente da República e Ministros de Estado, manifestou seu apreço e reconhecimento pela prática democrática de condução do Secretário Executivo que contribuiu para o funcionamento e o desenvolvimento desse Conselho, particularmente, pela condução transparente na administração do Ministro **Jamil Haddad**, fazendo com que esse Conselho fosse instância máxima deliberativa na área da saúde em nosso país, achou que essa manifestação de apreço deve ser feita coletivamente e que se faça chegar até o Doutor **José Alberto Hermógenes de Souza**. O Conselheiro **Elias** informou que o Doutor **José Alberto** continua fazendo parte da equipe do Ministério da Saúde. O Conselheiro **Ferreira** solicitou que fosse enviado telegrama para o Conselheiro **Francisco Nunes** que estava doente. A Conselheira **Ana Maria** comunicou que o Ministério da Previdência está dando um novo tratamento à reabilitação dos deficientes alegando que a causa seria o Sistema Único de Saúde, gostaria que o Ministério da Previdência abrisse a discussão da reabilitação dos deficientes, sugeriu que se fizessem gestões junto a Divisão de Reabilitação do Profissional Deficiente do Ministério da Previdência, antes que esse assunto fosse passado para o SUS. O Conselheiro **Elias** falou que não cabe ao Conselho Nacional de Saúde solicitar esse espaço e sim solicitar o material para ser analisado, para que o mesmo possa dar seu parecer antes da transferência dessa Divisão, sugerindo a criação de uma comissão para estudar o problema. A sugestão do Conselheiro **Elias** foi aprovada e a comissão foi constituída pela Conselheira **Ana Maria** e o Conselheiro **Seixas**. A Conselheira **Leny** avisou que já haviam sido designados todos os integrantes do Fundo Nacional de Saúde. A Coordenadora **Maria Angélica** encerrou oficialmente a reunião. Estiveram presentes e assinaram o livro de presença os seguintes Conselheiros: **Leny May da Silva Campello**, **Zaira Campedelli Galante**, **Francisco Ubiratan Dellape**, **Edmundo Juarez**, **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, **Ivanek Perez Alves**, **Ana Maria Lima Barbosa**, **Zilda Arns Neumann**, **Raimundo Coelho Bezerra de Farias**, **Leilton**

416 **Pereira Guedes, Mozart de Abreu e Lima, Danilo Lins Cordeiro Campos, Ernani Vitorino Aboim**
417 **Silva, Nelson de Carvalho Seixas, Mônica Valente, Carlos Eduardo Venturelli Mosconi,**
418 **Jacqueline Almeida Fonseca, João Guerra de Castro Monteiro, Eurípedes Bausanufo Carvalho,**
419 **Carlos Eduardo Ferreira, Paulo Sérgio Barros Barbanti, Arlindo Fábio Gómez de Sousa, Elias**
420 **Antonio Jorge, Cláudio José Allgayer, Hilário Gottselig e Marcos Torres de Oliveira. FIM.**